

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Vértices da parentalidade em ângulos de divórcio parental -
Estilos parentais, exposição dos filhos ao conflito parental e
ajustamento psicológico**

Maria Inês Neto Antão

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia Clínica
Sistémica)

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Vértices da parentalidade em ângulos de divórcio parental -
Estilos parentais, exposição dos filhos ao conflito parental e
ajustamento psicológico**

Maria Inês Neto Antão

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Santa Bárbara Narciso

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia Clínica
Sistémica)

2016

*“O fim da arte inferior é agradar, o fim da arte
media é elevar, o fim da arte superior é
libertar,”*

Fernando Pessoa

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel Narciso, por todas as horas de partilha de competência, criatividade e curiosidade científica. Pela inspiração que foi e sempre será na minha vida académica e profissional. Pelo apoio incondicional no ano de despedida de uma das mais importantes etapas da minha vida.

Ao meu pai, por todas as palavras sinceras, mesmo difíceis, que comigo partilhou. Pela sua longa vida académica que sempre me inspirou e motivou na minha vida de estudante. À minha mãe, pelo sorriso e carinho incondicional. Ao meu maninho, pela paciência e pela positividade que sempre me acompanharam. Ao meu avô, por todos os momentos de partilha de histórias de vida que me deram força. Ao meu tio que sempre me cultivou a sua veia artística, que sempre me acolheu e aceitou sem nunca a minha vontade questionar. À minha avó que me criou e me deixou ser uma criança sonhadora e teimosa.

À Daniela e Carolina, pela sua amizade e amor incondicionais apesar da distância que nos foi separando.

À Pi e ao Anacleto, pelas longas horas de paciência e fugas que me deram inspiração para sonhar para além do certo. À minha Rita e Deolinda que sempre me ouviram e me despertaram um instinto de proteção e carinho. À minha avó sistémica Mónica. À minha mana sistémica Raquel, pelas noites de insónias, horas de companhia e de donas de casa desesperadas. À Dina que sempre me acompanhou e motivou nas minhas horas de trabalho.

À minha família académica... uma folha não chegaria para agradecer a todos. A todos aqueles que fizeram de mim a eterna estudante. Eterna será a saudade.

Resumo

O divórcio e as famílias reconstituídas têm sido realidades cada vez mais experienciadas pelas famílias portuguesas nas últimas décadas com implicações inevitáveis na parentalidade e no ajustamento psicológico dos filhos. Com o presente estudo, pretendeu-se: 1) comparar as diferenças existentes entre pais com uma relação intacta e pais divorciados relativamente aos seus estilos parentais, à exposição das crianças ao conflito parental e à sua percepção do ajustamento psicológico dos filhos; 2) examinar se existem diferenças em função do sexo dos pais e dos filhos em relação às variáveis supracitadas; 3) analisar as associações entre a qualidade da parentalidade, a exposição da criança ao conflito parental e o ajustamento psicológico dos filhos; 4) analisar o contributo de variáveis sociodemográficas (sexo dos pais, sexo dos filhos), familiares (situação conjugal intacta vs. situação de divórcio) e parentais (qualidade da parentalidade e exposição dos filhos ao conflito) para o ajustamento psicológico dos filhos. A amostra incluiu 96 participantes, com filhos em idade escolar. O protocolo de investigação incluiu o *O'Leary-Porter Scale* - OPS, o Questionário de Dimensões e Estilos Parentais – QDEP e o *Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ*-versão pais. Os resultados demonstraram que: pais em situação de conjugalidade intacta revelaram práticas parentais mais negativas, comparativamente com pais em situação de divórcio, apresentando também um maior nível de exposição dos filhos ao conflito parental; os filhos de pais divorciados apresentaram menor ajustamento psicológico; a parentalidade negativa e o divórcio parental contribuíam para o menor ajustamento psicológico dos filhos.

Palavras-Chave: Divórcio; Famílias reconstituídas; Práticas parentais; Estilos Parentais; Exposição ao conflito parental; (Des) ajustamento emocional; Internalização; Externalização.

Abstract

In recent decades, divorce and remarriage families have become increasingly experienced realities among Portuguese families, representing inevitable implications for parenting and children's psychological adjustment. The current study aimed to: 1) compare the differences between parents experiencing an intact relationship and divorced parents in relation to their parenting styles, children's exposure to parental conflict and their perception of the children's psychological adjustment; 2) examine differences considering parents' and children's sex in relation to the above mentioned variables; 3) analyse the associations between quality of parenting, children's exposure to parental conflict and children's psychological adjustment; and 4) analyse the contribution of sociodemographic variables (parents' and children's gender), family variables (intact marital status vs. divorce) and parental variables (quality of parenting and children's exposure to conflict) to the children's psychological adjustment. The sample consisted of 96 participants, who were parents of school-age children. The research protocol included the *O'Leary-Porter Scale - OPS*, the *The Parenting Styles and Dimensions Questionnaire - QDEP*, and the *Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ*- parent's version. The results showed that: 1) parents experiencing an intact marital status revealed more negative parenting practices compared to divorced parents and provided a higher level of children's exposure to parental conflict; 2) children of divorced parents had a lower psychological adjustment; and 3) negative parenting and parental divorce contributed to lower levels of children's psychological adjustment.

Keywords: Divorce; Remarriage families; Parental practices; Parenting styles; Exposure to parental conflict; Emotional adjustment and maladjustment; Internalization; Externalization.

Índice Geral

Índice de Quadros	viii
Introdução	1
Enquadramento teórico.....	2
Método	12
Resultados	16
Discussão dos resultados.....	25
Conclusão.....	32
Referências Bibliográficas	34
Anexos:	
Anexo A- Consentimento Informado	

Índice de Quadros

Quadro 1

Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo e Diferenças de Médias em Função da Situação Conjugal do Participante 18

Quadro 2

Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo e Diferenças de Médias em Função do Sexo dos Filhos 19

Quadro 3

Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo e Diferenças de Médias em Função do Sexo dos Pais 20

Quadro 4

Intercorrelações entre as Variáveis em Estudo 22

Quadro 5

Análise de Regressão Múltipla para a Variável Dependente Total de Problemas. 24

Introdução

O divórcio provoca uma série de mudanças e adaptações na vida dos pais e dos filhos, sendo muitas vezes descrito como uma crise familiar (Clark-Stewart & Brentano, 2006) indissociável de grandes desafios, mudanças e adaptações, e com um forte impacto na parentalidade e no ajustamento psicológico das crianças. Apesar da preocupação com o bem-estar dos filhos, os pais tendem a estar fortemente centrados na rutura conjugal, podendo diminuir a disponibilidade e responsividade parental.

A literatura e investigação empírica tem demonstrado que existem diversos fatores associados ao divórcio que podem potenciar o *stress* e, conseqüentemente, diminuir o bem-estar familiar e individual (e.g., Adamsons & Pasley, 2006; Sbarra & Emery, 2008; Weaver & Schofield, 2015). Assim, é inegável a relevância da investigação nesta área temática.

O presente estudo enquadra-se numa investigação mais vasta sobre parentalidade em contexto de divórcio orientada pela Professora Doutora Isabel Narciso, a decorrer na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Pretende-se, com este estudo contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos sobre estilos parentais, exposição dos filhos ao conflito parental e ajustamento psicológico, particularmente em situação de divórcio parental.

Em seguida, apresenta-se a dissertação de mestrado com um formato próximo do de um artigo científico. A dissertação está organizada em cinco tópicos: Enquadramento Teórico, onde se apresenta uma síntese da revisão de literatura efetuada; Método, com a descrição da amostra, das variáveis e instrumentos utilizados, e dos procedimentos de recolha e análise dos dados; Resultados, onde se descrevem os resultados obtidos no processo de análise dos dados; Discussão, correspondente à reflexão sobre os resultados obtidos e ao seu enquadramento na literatura científica revista, bem como à reflexão sobre limitações do estudo, e implicações para a clínica e para a investigação futura ; e, finalmente, a Conclusão, com um sumário sobre os principais resultados e implicações.

Vértices da parentalidade em ângulos de divórcio parental - Estilos parentais, exposição dos filhos ao conflito parental e ajustamento psicológico

Nas últimas décadas, a dissolução de casamentos por divórcio tem aumentado exponencialmente. Em Portugal, a taxa de dissolução de casamentos por divórcio no ano de 2013 foi de 70,4% (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2013). Dada esta elevada taxa, as implicações para a saúde mental e desenvolvimento das crianças envolvidas no processo de divórcio têm sido cada vez mais motivo de interesse em investigação.

Segundo a perspectiva desenvolvimental, o divórcio e o recasamento podem ser vistos como fases de transições familiares, implicando mudanças nas suas relações e experiências. Estas alterações poderão ter impacto no ajustamento parental e dos filhos, surgindo muitas vezes diferenças individuais em resposta a estas alterações familiares (Hetherington & Stanley-Hagan, 2002).

A relação do pai e da mãe com a criança faz-se através de um papel paternal e maternal, distintos, com determinadas características próprias, resultantes da construção social do género ao longo da história (Relvas & Alarcão, 2002). O conceito de coparentalidade preserva a participação de ambos os pais, mesmo no caso de falhar a relação conjugal. Cada um deles deve poder responder às múltiplas expectativas dos filhos, podendo agir em conjunto, ou cada um, no tempo que com eles passam. Cada um é um pai completo, capaz de exercer os seus papéis e os do outro, mantendo a sua personalidade (Sullerot, 1993). A coparentalidade pode ser definida como uma distribuição uniforme de responsabilidades parentais entre ambos os progenitores após a sua separação ou divórcio, e envolve fatores como a administração de funções parentais, comunicação acerca da tomada de decisões diárias e gestão de conflitos (Cloutier, Filion, & Timmermans, 2006).

O divórcio é um processo moroso, problemático e difícil de apreender (Charlish, 2001). Assim, o divórcio não deve ser considerado como uma crise restrita no tempo, podendo ser ponderado como um período de tempo não limitado que implica uma série de exigências e adaptações familiares (Wallerstein, Rosenthal, & Lewis, 2013). Segundo Weaver e Schofield (2015), não é o divórcio em si que determina a ocorrência de problemas mas sim a resposta a tais exigências que se constituem como fatores de *stress*, e que podem dificultar uma trajetória adaptativa pós-divórcio.

Fatores que influenciam a adaptação ao divórcio

Vários estudos têm demonstrado que existem diversos fatores associados ao divórcio que potencializam ou diminuem o *stress* a este associado, afetando positiva ou negativamente o ajustamento¹ parental ao divórcio, a qualidade da parentalidade e, conseqüentemente, o ajustamento e bem-estar dos filhos (Adamsons & Pasley, 2006; Sbarra & Emery, 2008; Weaver & Schofield, 2015). No âmbito de uma perspectiva bio-eco-sistémica², podem ser considerados, para além do próprio indivíduo, múltiplos contextos e fatores de influência em diferentes níveis sistémicos mais proximais ou mais distais – e.g., recursos individuais, interpessoais e estruturais, significado pessoal e conotação social de divórcio, problemas psicológicos, comportamentais e de saúde associados (bem como a sua duração e severidade), adaptação aos novos papéis e configurações familiares, variáveis demográficas diversas (Amato, 2000; Weaver & Schofield, 2015).

O ajustamento psicológico dos filhos de pais divorciados é uma das principais variáveis investigadas nesta área (Amato, 2000; Kelly & Emery, 2003; Wolchik, Wilcox, Tein, & Sandler, 2000), constituindo a manifestação de problemas de internalização e externalização indicadores centrais de não-ajustamento (Simons, Lin, Gordon, Conger, & Lorenz, 1999; Kaczynski, Lindahl, Malik, & Laurenceau, 2006). A adaptação dos filhos ao processo de divórcio pode ser influenciada por diversos fatores, nomeadamente, a idade das crianças quando ocorre o divórcio, o tempo desde que ocorreu o divórcio, características demográficas das crianças (sexo, raça), o estigma acerca do divórcio (pela região e período histórico), e a redução das capacidades económicas dos pais, e (Lansford, 2009). As crianças tendem a manifestar mais problemas de externalização após a separação quando a família tem menos recursos financeiros pré-separação. Bons recursos financeiros familiares pré-separação parecem ter um efeito de filtrar os efeitos negativos do divórcio para a criança (Weaver &

¹ Os termos “ajustamento” e “adaptação” serão utilizados, nesta Secção, com o mesmo significado.

² Segundo Brofenbrenner (2001), o desenvolvimento pode ser definido como um fenómeno de continuidade e mudança das características biopsicológicas dos humanos como indivíduos e como membros de um grupo. Este fenómeno prolonga-se ao longo da vida do individuo bem como sucessivas gerações e períodos históricos. O desenvolvimento é, desta forma, marcado por uma contínua interação entre o individuo e o contexto em que se insere, estando este organizado em cinco subsistemas que estão interrelacionados e se influenciam mutuamente – microsistema (relações em contextos mais imediatos do individuo), mesossistema (relações entre dois ou mais contextos em que o individuo participa diretamente), exossistema (relações entre dois ou mais contextos, embora o individuo não participe diretamente pelo menos num deles), macrosistema referente a contextos culturais, políticos, económicos, etc.) e cronossistema (relativo à contextualização histórica e a processos de mudança ao longo do tempo) (Brofenbrenner, 1979, 1989, 1994).

Schofield, 2015). De igual modo, o ajustamento psicológico da criança anterior ao divórcio, o declínio do suporte e controlo parental, a perda do contacto com um dos progenitores e o envolvimento no conflito parental pós-divórcio, consituem fatores preditores da adaptação dos filhos (Amato, 2000). As crianças têm também uma maior propensão a manifestar mais problemas de comportamento quando, após a separação, as mães se mostram mais depressivas e menos sensíveis às necessidades emocionais da criança. Note-se que a sensibilidade emocional materna pré-separação parece exercer um efeito de filtro dos efeitos gerais do divórcio, reduzindo a manifestação de problemas de internalização e externalização das crianças (Weaver & Schofield, 2015).

No que se refere a fatores que influenciam a adaptação dos progenitores à situação de divórcio, sublinham-se, entre outros, as responsabilidades associadas à monoparentalidade, a perda da residência com os filhos, a perda de suporte emocional por parte do ex-cônjuge, o conflito conjugal pós-divórcio e o declínio das capacidades financeiras (Amato, 2000). Num estudo realizado por Vaz (1999), que comparava famílias monoparentais com famílias normativas, constatou-se que pais de famílias monoparentais percebem os seus filhos como mais difíceis que famílias normativas. Este resultado pode dever-se a fatores como o sentimento de solidão ao educar os filhos e ao facto desta estrutura familiar facilitar uma maior focalização e centralização do progenitor único na criança, ocorrendo uma sobrevalorização de fontes de *stress* e das características individuais na gestão da parentalidade.

Num estudo qualitativo de Ganong, Coleman, Feistman e Jamison (2015), com uma amostra de dezanove mães divorciadas, verificou-se que as mães se consideraram as responsáveis principais na coparentalidade, apesar de perceberem o pai como um importante parceiro parental. Em situação de recasamento das mães ou dos ex-cônjuges, estas tendem a utilizar uma série de estratégias para manter uma separação clara entre o subsistema parental e o subsistema conjugal. Inicialmente, parece existir uma tendência para evitar o contacto dos filhos com as madrastas, verificando-se, ao longo do tempo, uma maior aceitação, na medida em que acabam por reconhecer a sua importância para a coparentalidade. Esta inclusão tem em conta o funcionamento e rotinas da família reconstruída e os cuidados/segurança que as madrastas prestam quando as crianças estão a seu cuidado.

O papel dos estilos parentais no ajustamento dos filhos ao divórcio

Os estilos parentais incluem práticas parentais caracterizando-se por serem mais abrangentes que estas e envolvendo outros aspetos da interação progenitor-criança que expressam uma atitude emocional, não sendo dirigidos a especificidades do processo de socialização (Darling & Steinberg, 1993). Segundo Pereira (2009), os estilos parentais são para a criança uma referência da atitude dos seus progenitores face a si e não em relação ao seu comportamento. Consideram-se variáveis do contexto familiar que influenciam a eficácia de práticas educativas mais específicas.

A literatura acerca da conceptualização da parentalidade não tem demonstrando um consenso científico, não sendo unânime se as dimensões parentais devem ser analisadas segundo dimensões contínuas ou agrupadas em categorias de estilos parentais (O'Connor, 2002). A abordagem tipológica dos estilos parentais tem sido salientada por vários autores uma vez que esta descreve os comportamentos parentais que ocorrem naturalmente e em simultâneo, enfatizando os efeitos de interação em diferentes níveis das suas dimensões (Steward & Bond, 2002; Lee, Daniels, & Kissinger, 2006; O'Connor, 2002). A tipologia de estilos parentais educativos proposta por Diana Baumrind (1967, 1971) define os estilos parentais principais – autoritário, permissivo e autoritativo - a partir da combinação de duas dimensões afeto/responsividade e controlo parental/exigências de maturidade. Através da autoridade, os pais pretendem promover, nos filhos, padrões de conduta socialmente aceitáveis e a ordem no contexto familiar, guiando a criança de um ser dependente para um adulto autodeterminado, autorregulado com competências sociais e emocionais para interagir de forma eficaz com outros (Baumrind, Larzelere & Owens, 2010). No que diz respeito à dimensão da afectividade, esta remete-nos para os comportamentos parentais que incluem afeto positivo e admiração pela criança (Davidov & Grusec, 2006). A ausência de afetividade tende a estar relacionada com uma regulação emocional mais deficitária e um mau ajustamento emocional e comportamental da criança (Keller, Cummings, Davier & Mitchell, 2008). A responsividade pode ser definida como o suporte parental para a autonomia da criança, incluindo práticas parentais como o encorajamento, a promoção e a monitorização da autonomia da criança para a resolução de problemas e tomadas de decisão (Whipple, Bernier & Mageau, 2010).

Pais autoritários demonstram níveis elevados de controlo e baixos níveis de afeto, avaliando o comportamento e atitudes da criança de acordo com um padrão de regras absolutas, sem explicações nem negociação. Tendem a ser inflexíveis e rígidos, sendo pouco

afetuosos na interação com os filhos. Atribuem demasiadas responsabilidades, impõem regras sem explicações sobre as mesmas e diminuem a iniciativa da criança, fragilizando o desenvolvimento da autonomia. Quando a criança age de forma diferente àquele que é o comportamento considerado aceitável, os pais tendem a aplicar medidas de punição, por vezes, violentas (Baumrind 1991; Cruz, 2005). Contrariamente, pais que adotam um *estilo permissivo* revelam comportamentos com níveis de afeto médios/elevado, utilizando uma postura aceitante e tolerante relativamente às atitudes da criança. Evitam práticas que envolvam a sua autoridade e imposição de limites, demonstrando um baixo controlo parental e revelam poucas exigências de maturidade. Os pais permissivos tendem a não impor regras de cooperação interpessoal e de partilha de responsabilidades, falhando na promoção de uma base estruturada de limites. (Baumrind, 1991; Cruz, 2005; Simons & Conger, 2007). Pais *autoritativos* são flexíveis e responsivos às necessidades e desejos da criança, embora exigentes quanto à maturidade dos filhos. Estabelecem regras de conduta adequadas, partilhando as razões por detrás das suas regras, estimulando a autonomia e a exploração do meio. Desta forma, conseguem ser afetuosos e apoiantes, definindo regras de conduta adequadas (Baumrind, 1991; Cruz, 2005).

Os estilos parentais permissivos e autoritários, comparativamente com o autoritativo, estão mais associados ao desenvolvimento de comportamentos desajustados nos filhos, especialmente na adolescência (Baumrind, 1973). Siffert e Schwarz (2011) verificaram que, para além de existir uma relação positiva directa entre estilos parentais negativos e problemas de externalização, tais estilos estão associados a uma menor regulação emocional da criança, bem como à percepção de ameaça e auto-culpabilização, o que potencia problemas de internalização.

Baumrind et al., (2010) realizaram um estudo longitudinal com o objectivo de perceber a influência de padrões de autoridade parental em filhos pré-escolares nas competências sociais e estabilidade emocional da adolescência, analisando os efeitos de uma disciplina mais assertiva, mais coerciva ou mais confrontativa. Os autores constataram que práticas mais coercivas se associavam a menos competências sociais, problemas de internalização e baixa autoestima.

Pais com estilo autoritário usam formas de poder coercivas, enquanto pais com estilos permissivos têm dificuldade em usar formas de imposição de poder assertivas, sendo pouco confrontativos e falhando a manutenção de ordem e autoridade. Pelo contrário, quando os pais são mutuamente apoiantes da autonomia da criança e assertivos na sua forma de

exercício de poder, exercendo uma parentalidade equilibrada e de compromisso, os filhos tendem a ser mais ajustados na adolescência (Baumrind et al., 2010).

O resultados de estudos mais antigos acerca da parentalidade no decorrer do processo de divórcio (Hetherington, Cox, & Cox, 1982; Hetherington, Stanley-Hagan, & Anderson, 1989; Wallerstein, 1983) sugeriram que pais divorciados tendem a demonstrar um menor envolvimento e cumprimento das funções associadas à parentalidade, existindo uma diminuição do afeto, comunicação, controlo e monitorização dos comportamentos dos filhos. Com o objetivo de perceber se existiam diferenças nas práticas parentais após o divórcio, Strohschein (2007) realizou um estudo longitudinal com crianças, entre os 9 e os 12 anos. No primeiro momento da investigação, os pais estavam inicialmente com uma relação conjugal intacta e, no segundo momento, parte dos participantes tinham experienciado um processo de divórcio conjugal. Os resultados do estudo demonstraram que pais que estavam inicialmente numa relação intacta, não demonstravam alterações nas suas práticas parentais após o divórcio. Constatou-se, ainda, no segundo momento de investigação, que os pais divorciados não demonstraram diferenças significativas a nível da parentalidade quando comparados com pais que mantinham a relação conjugal intacta. De acordo com os resultados do estudo, pode-se concluir que existem mais semelhanças que diferenças entre a parentalidade numa relação intacta e a parentalidade no contexto de divórcio (Strohschein, 2007).

Lazar, Guttman e Abas (2009), no seu estudo comparativo com mães divorciadas e mães com relação conjugal intacta, demonstraram que mães divorciadas tendem a exercer menos autoridade. Os autores atribuem este resultado ao facto de mães divorciadas demonstrarem um maior receio dos seus filhos apresentarem uma preferência pela figura paternal ausente e ao desejo de compensarem os filhos pelo sofrimento causado pelo processo de divórcio parental. Na mesma linha de investigação, Grzybowski e Wagner (2010) realizaram um estudo, com 234 pais divorciados com filhos entre os 6 e os 12 anos, que pretendia perceber se havia diferenças de sexos dos progenitores em algumas dimensões parentais (ex. envolvimento disciplinar e envolvimento social) no contexto de divórcio. De acordo com os resultados encontrados, as mães demonstram ter um maior envolvimento no que diz respeito à supervisão parental, ao suporte emocional e às atividades realizadas em casa. Estes resultados podem ser justificados pelo facto de grande parte das crianças coabitarem com a mãe e não com os seus pais. Apesar de apresentarem um maior envolvimento com a disciplina dos filhos, as mães também demonstram mais dificuldades na execução dessa função. Os pais tendem a estar mais envolvidos em atividades extra-lar. O recasamento dos pais/homens parece estar relacionado com o maior envolvimento destes na

disciplina dos filhos, sendo que as suas novas companheiras tendem a auxiliá-los nesta tarefa parental. Tanto homens como mulheres relataram conseguir manter uma boa comunicação no que diz respeito às suas funções parentais pós-divórcio.

No que concerne especificamente aos estilos parentais em pais divorciados, num estudo realizado por Campana, Henderson, Stolberg e Schum (2008) com crianças entre 10 e os 18 anos, os resultados demonstraram que crianças com pelo menos um dos pais com um estilo autoritativo tendem a ter um melhor ajustamento emocional. Os resultados sugerem ainda que crianças com ambos os pais de estilo permissivo tendem a apresentar maiores níveis de depressão. Estes autores verificaram, ainda, que: a maior parte da custódia das crianças pertencia às mães, as quais tendiam a apresentar um estilo parental autoritativo mesmo quando a custódia era partilhada; as mães com menor contacto físico com os filhos tendem a apresentar um estilo parental permissivo; os pais com custódia partilhada apresentavam um estilo parental permissivo, enquanto os pais com a custódia dos filhos tendem a apresentar um estilo parental também autoritativo (Campana et al., 2008).

A divergência entre os estilos parentais, pode contribuir para um aumento de problemas de internalização, uma vez que as mensagens educativas são inconsistentes. Desta forma, é importante que os pais mantenham uma coparentalidade cooperativa, com papéis parentais flexíveis, indo ao encontro das necessidades da criança (Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro & Prego, 2011).

O papel do conflito parental e do envolvimento filial no conflito no ajustamento dos filhos ao divórcio

Quando existe um casamento harmonioso, a relação dos progenitores com os seus filhos é mais positiva e ambos os pais terão uma maior tendência a desempenhar papéis parentais semelhantes e cooperantes. A relação conjugal e a relação pais-filhos são interdependentes (Minuchin, 1985), sendo que o subsistema parental pode ser considerado o mais importante no que concerne ao apoio físico, cognitivo e emocional da parentalidade (Belsky, 1984; Bonds & Gondoli, 2007).

A investigação O'leary e Vidair (2005) demonstrou que uma conjugalidade positiva parece prevenir a falta de sensibilidade parental para com os filhos e, conseqüentemente, o aparecimento de problemas comportamentais nestas crianças. Alayi, AhmadiGabtab e Khamen (2011), num estudo em que pretendiam examinar a relação entre o ajustamento conjugal dos pais e a saúde física e psicológica dos seus filhos, concluíram que os filhos

tendem a reproduzir os padrões inadequados de resolução de conflitos dos seus pais. Complementarmente, as práticas parentais são concordantes com esta instabilidade conjugal, levando a uma desadequação entre as práticas parentais e os comportamentos da criança. Em contraste, a resolução adequada de conflitos conjugais potencia, nos filhos, a aquisição de competências de resolução de problemas. No mesmo sentido, num estudo longitudinal de Cummings, Cheung, Koss e Davies (2014), verificou-se que o conflito conjugal está associado a sintomas de depressão parental e a um mau ajustamento dos filhos durante a infância e entrada da adolescência. Também Kaczynski et al. (2006) constataram, num estudo realizado com famílias com filhos em idade escolar, que o conflito parental em conjugalidades intactas diminui o suporte emocional parental. De acordo com os autores, é possível que o conflito conjugal diminua a motivação dos pais para estabelecerem uma ligação eficaz com os seus filhos.

Em suma, vários estudos evidenciam que níveis elevados de conflito conjugal entre pais se associam a uma menor proximidade na relação pais-filhos e a uma diminuição do suporte emocional e das responsabilidades parentais, dado que o foco do casal é o conflito (Azam & Hanif, 2011; Duncan & Hughes, 2011). A literatura empírica revela que a negatividade interparental – e.g., maus tratos físicos, insulto pessoal, hostilidade verbal e não-verbal, defensividade, retirada -, está associada a uma maior negatividade emocional na criança. Por outro lado, a positividade interparental em situações conflituosas – e.g., discussões calmas, suporte, afectividade -, está relacionada com uma maior positividade emocional dos filhos, uma vez que as crianças são menos afetadas quando expostas a estratégias adequadas de resolução de conflitos (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2003).

A discórdia interparental tem, pois, frequentemente, um impacto negativo na segurança emocional dos filhos, a qual é preditora do ajustamento das crianças (Cummings, George, McCoy & Davies, 2012). Hurrell, Hudson, e Schniering (2015), verificaram, num estudo empírico com crianças ansiosas e crianças saudáveis com idades entre os sete e os doze anos, que a ausência de suporte parental às emoções negativas dos filhos quando confrontados com conflitos parentais está relacionada com a negatividade/instabilidade da criança. De acordo Cummings e Davies (2002), o significado dos conflitos conjugais para a criança depende da sua avaliação sobre as implicações de tais conflitos na sua segurança emocional. Tal avaliação, segundo os autores, varia em função das suas representações cognitivas e reações emocionais ao conflito, e dos seus comportamentos de envolvimento.

A reatividade emocional das crianças ao conflito interparental parece ser outro forte preditor do seu desajustamento psicológico, quando estas são envolvidas no conflito. A

relação entre o envolvimento no conflito interpaparental e a manifestação de problemas psicológicos é maior para crianças que experienciam alta reatividade emocional e é menor quando as crianças exibem baixos níveis de reatividade emocional. (Davies, Coe, Martin, Sturge-Apple, & Cummings, 2015). Kitzmann, Gaylord, Holt e Kenny (2003) analisaram os efeitos da exposição dos filhos ao conflito paparental. Os resultados deste estudo demonstraram que crianças que são diretamente expostas ao conflito paparental tendem a manifestar mais problemas de ajustamento comportamental. Cummings, Davies e Simpson (1994) concluíram, num estudo realizado, que existem diferenças na reação ao conflito paparental em função do sexo dos filhos, tendo verificado que os rapazes apresentam mais problemas de externalização como reação à exposição ao conflito paparental.

No que se refere especificamente ao conflito interpaparental em situação de divórcio, Cummings e Davies (2002) sublinham o seu impacto negativo no ajustamento das crianças. Uma paparentalidade positiva pós-divórcio tem um impacto positivo na criança, sendo que uma paparentalidade positiva pré-divórcio prevê um melhor e mais rápido ajustamento da criança (Weaver & Schofield, 2015). Num estudo de Finzi-Dottan e Cohen (2014), pretendeu-se perceber se a comunicação e a cooperação entre os pais eram preditores de uma paparentalidade positiva durante o processo de divórcio. Verificou-se que o uso de estratégias de negociação para resolução de conflitos se associam a uma paparentalidade mais positiva e bem-sucedida durante o processo de divórcio. Os autores constataram, ainda, que as representações dos ex-cônjuges de estratégias de negociação durante o casamento são preditoras de uma aliança paparental positiva depois do divórcio. Representações da relação conjugal pré-divórcio influenciam positivamente a relação pais-filhos depois da separação conjugal. Pais que usam estratégias de negociação emocionais e cognitivas durante o casamento tendem a mantê-las após o divórcio, mais especificamente em interações copaparentais (Lamela & Figueiredo, 2011).

A maior parte das relações copaparentais depois do divórcio tendem a demonstrar um elevado nível de conflito, levando as crianças a sentir-se envolvidas nesta relação baseada na conflitualidade. No entanto, existem outros fatores que contribuem negativamente para o ajustamento da criança quando esta é exposta ao conflito conjugal. Para que a criança não crie relações hostis com um dos seus progenitores, é importante estes evitem a frequência de exposição ao conflito, coagindo a criança a defender a perspectiva de um dos seus progenitores. O conflito paparental também diminui a qualidade da relação paparental com o progenitor que não detém a custódia da criança (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999). Num estudo realizado por Moura e Matos (2008) com crianças entre os 14 e os 18 anos de famílias

intactas e divorciadas, verificou-se que jovens de famílias divorciadas tendem a ter uma maior exposição ao conflito parental. Os resultados desta investigação parecem ainda sugerir que, no processo de divórcio, a relação com a figura paterna é mais prejudicada que a relação com a figura materna, sendo que a exposição ao conflito interparental tende a potencializar a diminuição de qualidade do laço emocional com o pai.

No mesmo sentido, num estudo de Davies, Martin e Cicchetti (2012), realizado com adolescentes filhos de pais divorciados, os resultados sugerem que o conflito interparental está associado à insegurança emocional dos filhos e, conseqüentemente, ao seu desajustamento emocional. A exposição ao conflito interparental parece também estar relacionado com sentimentos de negatividade, satisfação e depressão nos filhos de pais divorciados (Vanassche, Sodermans, Matthijs, & Swicegood, 2013).

O Presente Estudo

O objetivo geral do presente estudo é compreender a relação entre estilos parentais, exposição dos filhos ao conflito parental e o ajustamento psicológico das crianças. Mais especificamente, pretende-se: 1) comparar as diferenças existentes entre pais com uma relação intacta e com pais divorciados relativamente aos seus estilos parentais, à exposição da criança ao conflito parental e à sua percepção de ajustamento emocional dos filhos; 2) examinar se existem diferenças de sexo dos pais e dos filhos em relação às variáveis supracitadas; 3) analisar as associações entre a qualidade da parentalidade, a exposição da criança ao conflito parental e o ajustamento emocional dos filhos; 4) analisar o contributo de variáveis sociodemográficas (sexo dos pais, sexo dos filhos), familiares (situação conjugal intacta vs. situação de divórcio) e parentais (qualidade da parentalidade e exposição dos filhos ao conflito) para o ajustamento psicológico dos filhos.

Considerando a revisão de literatura efetuada, colocamos as seguintes hipóteses: (1) não existem diferenças entre pais em situação de conjugalidade intacta e pais em situação de divórcio no que se refere a cada um dos estilos parentais e à qualidade da parentalidade; (2) a exposição dos filhos ao conflito parental é mais elevada em situação de divórcio parental; (3) os filhos de pais divorciados tendem a revelar mais problemas de ajustamento psicológico; (4) a parentalidade negativa está associada a uma maior exposição dos filhos ao conflito parental; (5) a parentalidade negativa está associada (e contribui para) a um maior desajustamento psicológico dos filhos; (6) a exposição dos filhos ao conflito parental está associada (e contribui para) a mais problemas de ajustamento psicológico nos filhos.

Método³

Participantes

O presente estudo envolveu uma amostra constituída por participantes em situação de conjugalidade intacta (ou seja, sem história prévia de divórcios) e participantes em situação de divórcio (com ou sem relação conjugal atual). Para a inclusão na amostra, consideraram-se os seguintes critérios: (1) membros de casais heterossexuais casados ou em união de facto com pelo menos um filho entre os seis e os doze anos de idade; (2) membros de casais em situação de divórcio conjugal (com ou sem relação conjugal atual) com pelo menos um filho da relação anterior entre os seis e os doze anos de idade; (3) residir em Portugal; (4) ter a capacidade para ler e escrever em português.

A amostra incluiu um total de 96 participantes, estando 58 (60.4%) em situação de divórcio e 38 (39.6%) em situação de conjugalidade intacta. Considerando os participantes divorciados, 20 (20.8%) encontravam-se numa nova relação conjugal e 38 (39.6%) estavam atualmente sem relação conjugal.

A maioria dos participantes era do sexo feminino ($n=71$, 74%). As mães tinham idades compreendidas 24 e os 54 anos ($M= 40.1$; $DP= 6.2$). A escolaridade mínima situava-se entre o 7º e o 9º ano – cerca de 4% dos pais e das mães. A maioria das mães (62%) completou o ensino superior. Os pais ($n=25$, 26%) tinham idades compreendidas entre os 32 e os 59 anos ($M= 40.4$; $DP= 5.2$), tendo a maior parte (60%) completado o ensino superior.

Relativamente à zona geográfica de residência, os participantes eram maioritariamente da zona da Grande Lisboa (68.8%). Alguns residiam noutras zonas do país, nomeadamente, Centro (10.4%), Norte (13.5%), Sul (4.2%) e Região Autónoma dos Açores (1%). Alguns participantes não referiram a sua zona de residência (2.1%). Quanto ao acompanhamento psicológico, 68.8% nunca teve, 21.9% tiveram no passado e 9.4% têm atualmente. No que diz respeito à religiosidade, a maior parte dos participantes são crentes (59.4%).

Os participantes tinham entre 1 a 4 filhos biológicos ($M= 2$; $DP= .80$). Relativamente ao filho entre os 6 e os 12 anos, sobre o qual incidiram as respostas de cada participante, verificou-se que: 51 (53.1%) eram do sexo masculino e 44 (45.8%) eram do feminino, sendo

³ O presente estudo, enquadrado numa investigação mais vasta sobre a parentalidade e divórcio orientada pela Professora Doutora Isabel Narciso, foi aprovado pela Comissão de Deontologia do Conselho Científico da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa em 2015.

as sua média de idades de 9.47 ($DP=2.010$). Um dos participantes não forneceu informação acerca do sexo do seu filho. Relativamente à escolaridade 49.7% ($n=48$) frequentam o primeiro ciclo, 34.4% ($n=22$) o segundo ciclo e 10.4% ($n=10$) o terceiro ciclo. Dezasseis dos participantes não responderam no que concerne à escolaridade dos seus filhos. No que concerne ao apoios que as crianças beneficiam, 63.5% ($n=61$) não têm qualquer apoio, 9.4% ($n=9$) têm apoio psicológico ou psiquiátrico, 15.6% ($n=15$) beneficiam de apoio escolar, 9.4% ($n=9$) de apoio escolar e psicológico e 2.1% ($n=2$) de terapia da fala.

Procedimento

A amostra é caracterizada como sendo uma amostra não probabilística de conveniência (Spicer, 2004). Os dados foram recolhidos presencialmente – através do método “bola de neve”, a partir da rede informal de contactos da equipa de investigação – e *online*, através de um *link* divulgado também nas redes sociais da equipa. Para a informatização dos protocolos foi usado o *software Qualtrics*.

A recolha foi realizada entre Janeiro e Julho de 2016. Os protocolos de investigação foram respondidos anonimamente, sendo o seu tempo de conclusão de cerca de 40 minutos. O protocolo incluía informações sobre a contextualização, objectivos e condições do estudo, garantia de anonimato e confidencialidade dos dados, contacto do investigador principal, informação sobre o Serviço à Comunidade da FPUL, solicitação de consentimento informado e instruções relativas ao preenchimento dos questionários/escalas. Os participantes tinham de ter pelo menos um dos seus filhos (biológico ou adoptado) com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, sendo o protocolo respondido em relação ao filho mais velho dentro desta faixa etária.

Variáveis e Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Os dados demográficos foram recolhidos através de um questionário sociodemográfico. Foram solicitadas informações tais como do sexo dos participantes, idade, sexo dos filhos, idade dos filhos, zona de residência, religiosidade, acompanhamento psicológico e situação conjugal atual.

Exposição dos filhos ao conflito. A exposição dos filhos ao conflito foi avaliada através da versão portuguesa da escala *O’Leary-Porter Scale- OPS* (Porter, & O’Leary, 1980; versão portuguesa em curso de Pedro & Francisco). A OPS é composta por 10 itens que

avaliam a percepção parental relativamente à frequência com que vários tipos de conflito conjugal (e.g. discussões; sarcasmo; abuso físico) ocorrem na presença dos filhos. Os itens são respondidos através de uma escala de *Likert* de 5 pontos, sendo 1 “Nunca” e 5 “Muito Frequentemente” (e.g., *Com que frequência há expressão física de hostilidade entre si e o/a seu/sua companheiro/a em frente a este/a filho/a?*). O seu somatório corresponde a um resultado único de exposição dos filhos ao conflito, sendo que níveis mais elevados da escala correspondem a uma maior frequência da sua ocorrência. De forma a aumentar a consistência interna da escala, no presente estudo, optou-se por retirar o item 10, o qual não se refere à exposição ao conflito mas sim à exposição ao afecto interparental (*Com que frequência você e o(a) seu/sua companheiro(a) mostram afecto um para com o outro em frente a este(a) filho(a)?*). No estudo original de Porter e O’Leary (1980), a escala revelou um alfa de Chronbach de .86, e, no presente estudo obteve, igualmente, .86, revelando, assim, uma boa consistência interna.

Estilos parentais. Para avaliar os estilos parentais, foi usado o Questionário de Dimensões e Estilos Parentais – QDEP (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 2001, adaptado para a população portuguesa por Carapito, Pedro, & Ribeiro, 2008). Este questionário é composto por 32 itens. As respostas são fornecidas numa escala de *Likert* de 5 pontos, em que 1= Nunca e 5= Sempre. Nas análises de dados efetuadas no presente estudo, foram considerados dois dos modelos estudados pelos autores portugueses: o modelo 2 (modelo trifactorial de 1ª ordem) correspondente aos três estilos parentais – autoritativo (e.g., “*Explico ao meu filho como me sinto quando ele se comporta bem e quando se comporta mal*”), autoritário (e.g., “*Castigo o meu filho retirando-lhe privilégios, com poucas ou nenhuma explicações*”) e permissivo (e.g., “*Eu cedo quando o meu filho faz birra*”) -, e o modelo 3 (modelo de 2 fatores) correspondente a parentalidade positiva (que inclui os itens do estilo autoritativo) e parentalidade negativa (que inclui os itens dos estilos autoritário e permissivo). No que concerne à consistência interna da escala foi encontrado um bom índice para cada estilo parental no estudo de adaptação à população portuguesa, com um $\alpha=.86$ para o estilo autoritativo, de $\alpha=.82$ para o autoritário e de $\alpha=.64$ para o estilo permissivo (Carapito, Pedro & Ribeiro, 2008). Relativamente à consistência interna neste estudo, foi verificado um $\alpha=.87$ para o estilo autoritativo, de $\alpha=.75$ para o autoritário, e de $\alpha=.62$ para o estilo permissivo. Ainda no presente estudo, foi utilizada a tipologia de parentalidade positiva e parentalidade negativa. Para a parentalidade positiva foi encontrado um índice de

consistência interna de $\alpha = .87$. Relativamente à parentalidade negativa, o índice de consistência interna apresentado foi de $\alpha = .76$.

Ajustamento Emocional dos Filhos. Com o objectivo de analisar o ajustamento emocional dos filhos, foi usado o *Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ*-versão pais (Goodman, 2001, versão portuguesa de Fleitlich, Loureiro, Fonseca, & Gaspar, 2005). Este questionário avalia de forma breve questões comportamentais, emocionais e relacionais de crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos. O SDQ é composto por 25 itens, que foram organizados em 4 subescalas: *Total de Problemas* (e.g., “*Enerva-se muito facilmente e faz muitas birras*”), *Problemas de Externalização* (e.g., “*Não sossega. Está sempre a mexer as pernas ou as mãos*”), *Problemas de Internalização* (e.g., “*Tem tendência a isolar-se, gosta mais de brincar sozinho(a)*”), *Comportamento pró-social* (e.g., “*É sensível aos sentimentos dos outros*”). Para cada item, os participantes têm três opções de resposta numa escala de *Likert* de 3 pontos (0 – “Não é verdade”, 1 – “Pouco Verdade” e 2 – “Muito verdade”). No que concerne ao índice de consistência interna de cada subescala, no presente estudo, os resultados obtidos foram: $\alpha = .86$ para a subescala *Total de Problemas*, $\alpha = .77$ para *Problemas de Externalização*, e $\alpha = .80$ para *Problemas de Internalização*. Com o objetivo de aumentar a consistência interna da subescala *Comportamento pró-social* ($\alpha = .64$), foi retirado o item 4 (“*Com que frequência este filhos vos ouviu discutir [a si e ao(a)] pai/mãe] acerca do papel da mulher na família [tarefas domésticas, mães trabalhadoras, etc?]*”).

Análise de dados

A análise de dados foi realizada através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22.0 (IBM, SPSS Inc., Armonk, NY). Na fase inicial, foi realizada a análise descritiva dos dados (médias e desvios-padrão), tendo sido realizada uma comparação de médias através do teste de diferenças de médias de *T-Student*. Esta análise incluiu as variáveis relativas aos estilos parentais (autoritativo, autoritário e permissivo), à parentalidade positiva e negativa, ao ajustamento emocional dos filhos (total de problemas, problemas de externalização, problemas de internalização e comportamento pro-social) e à observação dos filhos do conflito conjugal.

Posteriormente, foi também executada a análise do padrão de correlações entre as variáveis em estudo. Relativamente à parentalidade, optou-se apenas pela inclusão da

parentalidade positiva (que inclui o estilo parental autoritativo) e parentalidade negativa (que inclui o estilo parental autoritário e permissivo).

Com o objetivo de testar o poder preditivo de variáveis independentes seleccionadas (sexo dos filhos; sexo dos progenitores; pais divorciados/pais com relação conjugal intacta; observação dos filhos do conflito parental; parentalidade negativa) no ajustamento emocional dos filhos (Total de problemas), foi realizada uma Regressão Múltipla Hierárquica. A inserção das variáveis independentes na equação seguiu uma ordem específica, sendo avaliado o que cada uma destas variáveis acrescenta à predição da variável dependente, depois de controladas as variáveis antecedentes (Pallant, 2013).

Resultados

Análises Descritivas e de Comparação de grupos

Nos Quadros 1, 2 e 3 são apresentados os resultados médios e respetivos desvios-padrão dos estilos parentais e tipos de parentalidade, do ajustamento emocional dos filhos e da observação dos filhos dos conflitos parentais, bem como os resultados do teste de diferenças de médias de *T-Student*, em função da situação divórcio (SD) vs. situação de conjugalidade intacta (SCI) dos participantes.

Analisando os resultados referentes aos estilos parentais, verificou-se que os pais SCI apresentam médias significativamente superiores aos pais SD para o estilo permissivo (Quadro 1). Para o estilo parental autoritário existe também uma diferença marginalmente significativa, sendo que pais SCI tendem a exibir um estilo parental mais autoritário que pais SD. Para o estilo parental autoritativo não foram encontradas diferenças de médias estatisticamente significativas. Os resultados demonstram a existência de uma diferença de médias estatisticamente significativa para a parentalidade negativa mas não para a parentalidade positiva, sendo os pais SCI que apresentam níveis mais elevados de parentalidade negativa comparativamente com pais SD.

No que se concerne à exposição dos filhos ao conflito parental, verifica-se que as diferenças são significativas, estando as crianças filhas de pais SCI mais expostas ao conflito parental do que as crianças filhas de pais SD (Quadro 2).

No que se refere ao ajustamento emocional dos filhos, os resultados são significativamente mais elevados em total de problemas e problemas de externalização, nas crianças filhas de pais SD comparativamente com as crianças filhas de pais SCI.

Relativamente à manifestação de problemas de internalização e comportamento pro-social das crianças, os resultados não demonstram diferenças significativas entre os grupos (Quadro 2).

No Quadro 2, estão representadas as diferenças entre o sexo dos filhos no que se refere aos estilos parentais, tipo de parentalidade, ajustamento emocional dos filhos e observação dos filhos do conflito parental. Apenas foram encontradas diferenças significativas em parentalidade negativa e estilo parental autoritário, sendo os resultados mais elevados nos rapazes do que nas raparigas. Para as restantes variáveis, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Comparando-se as diferenças em função do sexo dos participantes (Quadro 3), observou-se uma diferença marginalmente significativa para o estilo parental permissivo, verificando-se que as mães apresentam resultados mais elevados do que os pais. As restantes variáveis não demonstraram diferenças estatisticamente significativas.

Quadro 1

Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo e Diferenças de Médias em Função da Situação Conjugal do Participante

	Amplitude	SD (n=58)		SCI (n=38)		Diferenças entre grupos	
		M	DP	M	DP	t	p
<i>Estilos Parentais</i>							
Autoritativo	2.5-5	4.20	.53	4.20	.43	.005	.996
Autoritário	1-3	1.76	.43	1.94	.42	-1.932	.056
Permissivo	1-4	1.90	.53	2.15	.66	-2.135	.035
<i>Tipo de parentalidade</i>							
Parentalidade positiva	2.5-5	4.20	.53	4.20	.43	.005	.996
Parentalidade negativa	1.2-3	1.80	.37	2.00	.42	-2.436	.017
<i>Exposição ao conflito parental</i>							
	1-3.44	1.57	.53	1.90	.64	-2.772	.007
<i>Ajustamento emocional dos filhos</i>							
Comportamento pró-social	1.5-3	2.70	.35	2.82	.26	-1.813	.073
Manifestação do total de problemas	1-2.7	1.60	.36	1.46	.25	2.134	.035
Manifestação de problemas de externalização	1-2.9	1.75	.37	1.57	.34	2.336	.022
Manifestação de problemas de internalização	1-2.6	1.45	.40	1.34	.26	1.443	.152

Quadro 2

Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo e Diferenças de Médias em Função do Sexo dos Filhos

	Amplitude	Rapazes (n=51)		Raparigas (n=43)		Diferenças entre grupos	
		M	DP	M	DP	t	p
<i>Estilos Parentais</i>							
Autoritativo		4.18	.52	4.22	.46	-.429	.669
Autoritário	2.5-5	1.92	.44	1.72	.41	2.155	.034
Permissivo	1-3	2.04	.69	1.92	.45	.969	.335
<i>Tipo de parentalidade</i>							
Parentalidade positiva	1-4	4.18	.52	4.22	.46	-.429	.669
Parentalidade negativa	2.5-5	1.95	.43	1.78	.33	2.089	.040
<i>Exposição ao conflito parental</i>							
	1.2-3	1.70	.64	1.71	.54	-.225	.823
<i>Ajustamento emocional dos filhos</i>							
Comportamento pró-social	1-3.44	2.71	.33	2.79	.31	-1.199	.234
Manifestação do total de problemas	1.5-3	1.57	.33	1.50	.32	1.019	.311
Manifestação de problemas de externalização	1-2.7	1.73	.38	1.62	.35	1.385	.169
Manifestação de problemas de internalização	1-2.9	1.42	.37	1.39	.34	.446	.657

Quadro 3

Estatísticas Descritivas das Variáveis em Estudo e Diferenças de Médias em Função do Sexo dos Pais

	Amplitude	Homens (n=70)		Mulheres (n=25)		Diferenças entre grupos	
		M	DP	M	DP	t	p
<i>Estilos Parentais</i>							
Autoritativo	2.5-5	4.11	.56	4.23	.46	1.072	.286
Autoritário	1-3	1.76	.39	1.86	.45	.926	.357
Permissivo	1-4	1.93	.48	2.02	.63	.126	.510
<i>Tipo de parentalidade</i>							
Parentalidade positiva	2.5-5	4.11	.56	4.23	.46	1.072	.286
Parentalidade negativa	1.2-3	1.81	.34	1.91	.42	.999	.320
<i>Exposição ao conflito parental</i>	1-3.44	1.57	.50	1.74	.62	1.246	.216
<i>Ajustamento emocional dos filhos</i>							
Comportamento pró-social	1.5-3	2.66	.42	2.78	.27	1.648	.103
Manifestação do total de problemas	1-2.7	1.49	.20	1.56	.36	1.006	.317
Manifestação de problemas de externalização	1-2.9	1.66	.28	1.68	.40	.331	.741
Manifestação de problemas de internalização	1-2.6	1.32	.22	1.44	.39	1.487	.140

Análise de Correlações

No Quadro 4, encontram-se representados os valores das correlações entre as variáveis analisadas.

De acordo com os resultados obtidos, a parentalidade negativa correlaciona-se de forma positiva e moderada com a exposição ao conflito parental, com o total de problemas, com os problemas de externalização e de uma forma positiva e fraca com os problemas de internalização. Relativamente à variável parentalidade positiva, esta apresenta uma correlação positiva e fraca com o comportamento pró-social. No que diz respeito à exposição ao conflito conjugal, para além da correlação apresentada anteriormente com a parentalidade negativa, esta variável correlaciona-se positivamente e de forma fraca com o total de problemas e com os problemas de internalização. Quanto ao total de problemas, para além das correlações anteriormente apresentadas, esta variável correlaciona-se de forma positiva e muito forte com os problemas de externalização e com os problemas de internalização. A variável problemas de externalização correlaciona-se ainda de forma positiva e forte com os problemas de internalização e de forma negativa e fraca com o comportamento pró-social.

Quadro 4

Intercorrelações entre as Variáveis em Estudo

Variável	1	2	3	4	5	6	7
1. Exposição ao conflito parental	--						
2. Parentalidade negativa	.423**	--					
3. Parentalidade positiva	-.177	-.080	--				
4. Total de problemas	.216*	.332**	-.084	--			
5. Problemas de externalização	.133	.316**	-.053	.899**	--		
6. Problemas internalização	.256*	.278**	-.096	.890**	.602**	--	
7. Comportamento pro-social	-.072	-.168	.247*	-.191	-.216*	-.126	--

Nota. **. A correlação é significativa no nível 0.01 ($p < 0.01$) *. A correlação é significativa ao nível 0.05 ($p < 0.05$).

Modelos de regressão linear múltipla hierárquica

A análise de regressão múltipla hierárquica foi aplicada com o objetivo de examinar os fatores associados ao total de problemas (Quadro 5). O modelo de regressão seguiu duas fases: o modelo 1 incluiu o sexo dos filhos, sexo dos progenitores e a variável pais SD vs. pais SCI. No segundo modelo, foram adicionadas as variáveis observação dos filhos do conflito parental e a parentalidade negativa.

O modelo final encontra-se representado no Quadro 5. O primeiro modelo explicou 7% da variância de total de problemas ($F(3, 90) = 2.27; p >.001$); já o segundo modelo explicou 23.6% da variância de total de problemas ($F(2, 88) = 5.43; p <.001$). Verificou-se que duas variáveis estão significativamente associadas a total de problemas: SD vs. SCI, constatando-se que pais SD contribuem significativamente para total de problemas ($\beta = -.364; p <.005$); e parentalidade negativa ($\beta = .352; p <.005$).

Quadro 5

Análise de Regressão Múltipla para a Variável Dependente Total de Problemas.

Variáveis	Modelo 1				Modelo 2			
	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>Sig</i>	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>Sig</i>
Sexo dos filhos	-.048	.067	-.074	.476	.018	.064	.027	.784
Sexo dos progenitores	-.103	.076	-.141	.175	-.071	.070	-.097	.310
Pais SD vs. Pais SCI	-.147	.069	-.222	.036	-.240	.067	-.364	.001
Exposição ao conflito parental					.084	.058	.154	.148
Parentalidade negativa					.286	.088	.352	.002
	ΔR^2		.070				.236	
	<i>F</i> for ΔR^2		2.269				5.433	

Nota. ** $p \leq .01$. * $p \leq .05$.

Discussão dos resultados

O principal objetivo do presente estudo foi investigar a relação entre os estilos parentais, a exposição dos filhos ao conflito parental e o ajustamento das crianças, através da percepção de pais em situação de relação conjugal intacta e de divórcio, no sentido de se contribuir para uma melhor compreensão da parentalidade nestas duas configurações familiares. Sendo o divórcio cada vez mais experienciado pelas famílias, é fundamental perceber os seus efeitos na parentalidade no sentido de promover intervenções que permitam uma melhor adaptação dos pais e dos seus filhos a esta crise familiar.

A nível dos estilos parentais e da qualidade parental, os resultados não apoiaram em pleno a hipótese inicial que sugeria que não existiriam diferenças entre a situação de conjugalidade intacta (SCI) e a situação de divórcio (SD). Pais SCI tendem a apresentar médias significativamente superiores aos pais SD para o estilo permissivo. Para o estilo parental autoritário existe também uma diferença marginalmente significativa, sendo que pais SCI tendem a exibir um estilo parental mais autoritário que pais SD. No que concerne ao estilo parental autoritativo, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. Neste sentido, e tal como demonstram os resultados do presente estudo, pode concluir-se que pais SCI apresentam níveis mais elevados de parentalidade negativa que pais SD. Estes resultados parecem sugerir que, atualmente, pais divorciados tendem a estar mais atentos às necessidades dos seus filhos, adoptando uma parentalidade mais coerente com os comportamentos e manifestações emocionais das crianças, o que é característico de um estilo parental autoritativo (Baumrind, 1991; Cruz, 2005). Esta associação parece também contrariar o facto de pais divorciados demonstrarem mais dificuldades em identificar a experiência interna da criança e reconhecer sintomas de desajustamento emocional das crianças (Campana, et al., 2008). Pelo contrário, uma vez que o divórcio é, atualmente, uma realidade tão comum e presente em famílias de diferentes culturas, crenças e configurações, e podendo ocorrer numa qualquer etapa do ciclo de vida familiar, é possível que os pais estejam mais atentos a possíveis desajustamentos emocionais e comportamentais das crianças como resposta ao *stress* provocado pela rutura parental. Desta forma, é possível os pais manterem comportamentos que promovem uma parentalidade positiva: uma boa comunicação pós-divórcio (Grzybowski & Wagner, 2010), gerir as funções parentais de forma a manter uma distribuição uniforme de responsabilidades (Cloutier, et al., 2006), diminuição da manifestação de problemas de saúde mental dos progenitores associados a um

declínio de suporte emocional e controlo parental (Weaver & Schofield, 2015; Lazar, et al., 2009).

A análise das diferenças em função do sexo dos filhos revelou um estilo autoritário e uma parentalidade negativa face aos rapazes comparativamente com as raparigas. Os resultados encontrados são concordantes com a literatura (Russel, Aloa, Feder, Glover, Miller, & Palmer, 2007; Tam, Lee, Kumarasuriar, Har, 2012). Grande parte da amostra deste estudo inclui pais divorciados, tendendo estes a demonstrar um maior nível de conflito (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999). Tendo em conta que se verifica uma tendência para existir uma maior associação entre dificuldades conjugais e práticas parentais negativas para rapazes do que para raparigas (Davies & Lindsay, 2004), as práticas parentais relacionadas com parentalidade negativa decorrentes de níveis de conflito mais elevados (Azam & Hanif, 2011; Duncan & Hughes, 2011) podem ser mais evidentes para com os rapazes. Os rapazes, comparativamente com raparigas, exibem mais problemas de conduta que se manifestam em comportamentos mais observáveis (e.g., agressão física, *bullying*) (Tiet, Wasserman, Loeber, McReynolds, & Miller, 2001) e mais comportamentos de oposição e desafio (Nock, Kazdin, Hiripi, & Kessler, 2006, 2007). Como resposta à maior manifestação destes comportamentos, e no sentido de manter a sua autoridade parental, os pais podem tender a ser mais coercivos e exercer uma maior punição física com os rapazes (Conrade, & Ho, 2001; Endendijk, Groeneveld, Bakermans-Kranenburg, & Mesman, 2016; Lytton, & Romney, 1991).

A análise comparativa em função do sexo dos progenitores permitiu verificar uma diferença marginalmente significativa para o estilo parental permissivo: as mães tendem a adotar um estilo parental mais permissivo do que os progenitores masculinos. De acordo com investigações anteriores, existe uma tendência para as mães adotarem estilos parentais autoritativo ou permissivo (Campana et al., 2008; Conrade & Ho, 2001). Estes resultados podem dever-se ao facto de as mães tentarem compensar práticas mais punitivas e autoritárias associadas à parentalidade paterna (Grigorenko & Sternberg, 2000). Para além deste factor, tem-se verificado um maior envolvimento feminino no mercado de trabalho, levando a mudanças a nível do funcionamento, organização e estrutura familiar (Perista, 2002). Consequentemente, as mães têm cada vez mais de gerir e conciliar as suas carreiras pessoal e profissional, traduzindo-se num menor tempo passado com os seus filhos (Relvas & Alarcão, 2002), o que se poderá relacionar com a adopção de práticas parentais semelhantes ao estilo permissivo no sentido de compensar os filhos pela sua ausência.

As diferenças significativas relativamente à exposição dos filhos ao conflito parental sugerem que filhos de pais com uma relação intacta presenciam mais conflitos entre os seus progenitores que filhos de pais divorciados. Estes resultados refutam a nossa hipótese, dado que esperávamos que crianças de pais SD estariam mais expostas ao conflito parental que crianças de pais SCI, tal como a literatura tem vindo a sugerir (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Moura & Matos, 2008). Este resultado pode estar relacionado com o facto de a maior parte dos participantes de pais divorciados coabitarem apenas com um dos seus progenitores, existindo um menor frequência de contato entre os dois pais e, desta forma, uma menor probabilidade de ocorrerem conflitos parentais a que a criança esteja diretamente exposta. Para além disso, o divórcio pode ser cada vez mais encarado, não como um acumular de conflitos continuados mas, sim, como uma estratégia de resolução de conflitos entre o casal. Num estudo realizado com casais em situação de recasamento, os resultados mostraram que experienciar uma situação de divórcio pode levar a uma maior aceitação do divórcio como solução para os conflitos e *distress* conjugal (Whitton, Stanley, Markman, & Johnson, 2013). Deste modo, é possível que casais divorciados tendam a demonstrar menos frequência de conflitos – traduzindo-se em menor exposição ao conflito por parte dos filhos -, visto que a separação foi a estratégia encontrada por ambos os elementos do casal para ultrapassar a situação de crise conjugal.

No que se refere ao ajustamento emocional dos filhos, os resultados indicaram diferenças significativas entre os grupos SCI e SD para total de problemas e problemas de externalização. Este resultado confirma a nossa hipótese de que crianças de pais divorciados tendem a manifestar mais problemas de ajustamento psicológico do que crianças de pais cuja relação permanece intacta. Na sequência do divórcio parental, os filhos tendem a experienciar uma diminuição do suporte e controlo parental e uma perda de contacto com um dos progenitores (Amato, 2000). Após o divórcio, as mães tendem a estar menos sensíveis às necessidades emocionais da criança (Weaver & Schofield, 2015), existindo também uma tendência para exercerem uma menor autoridade para com os seus filhos (Lazar, et al. 2009). Estes comportamentos parentais podem ser interpretados pela criança como uma ausência de responsividade, levando a uma regulação do comportamento mais deficitária e, consequentemente, a mais dificuldades de ajustamento, e, particularmente, mais problemas de externalização (Keller, et al., 2008).

Relativamente à manifestação de problemas de internalização e comportamento pro-social das crianças, os resultados não demonstram diferenças significativas entre os grupos. A manifestação de problemas de internalização dos filhos tende a estar relacionado com o

menor ajustamento psicológico dos pais à situação de separação conjugal (Chança, 2015). O bem-estar e adaptação ao divórcio relaciona-se com a reorganização da relação interpessoal com o ex-cônjuge (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2010). O facto de o divórcio conjugal ser cada vez mais uma realidade experienciada pelos indivíduos pode conduzir a uma maior aceitação e adaptação ao mesmo, levando a uma reorganização relacional com o ex-cônjuge mais adaptativa e, conseqüentemente, a um melhor ajustamento psicológico dos filhos. Contudo, sublinhe-se que os sintomas de internalização tendem a ser mais difíceis de identificar que sintomas de externalização. Estando os pais menos disponíveis emocionalmente para os filhos em situação de divórcio conjugal (Amato, 2000; Weaver & Schofield, 2015), poderá existir uma maior dificuldade em identificar problemas de internalização.

A análise da relação entre as variáveis permitiu verificar que parentalidade positiva e parentalidade negativa não se associam simetricamente com a exposição ao conflito e com as variáveis relativas ao ajustamento psicológico. A parentalidade positiva – fortemente marcada por um estilo parental autoritativo - apenas surgiu associada ao comportamento pró-social. Pode considerar-se que a principal motivação da pro-sociabilidade é o benefício do outro sem pressões externas ou sem expectativas de recompensas materiais ou sociais (Koller & Bernardes, 1997). Os comportamentos pró-sociais das crianças relacionam-se com características pessoais e sociais positivas, refletindo-se numa melhor aceitação de pontos de vista alternativos, melhor julgamento moral, maior simpatia, autorregulação e capacidade de confiar no outro, menor agressividade e boas relações com os seus pais (Carlo, 2006; Eisenberg, Fabes, & Spinrad, 2006). A explicação de regras e diálogos acerca de sentimentos dos outros (Krevans & Gibbs, 1996), bem como uma relação pais-filhos positiva e afetiva (Robinson, et al., 1994), características de um estilo parental autoritativo (Baumrind, 1991; Cruz, 2005), tendem a aumentar os comportamentos pró-sociais das crianças.

Por outro lado, no que se refere à parentalidade negativa, os resultados obtidos evidenciaram a sua associação positiva com exposição ao conflito parental, e ajustamento psicológico, tendo sido também possível verificar a associação de exposição ao conflito com o ajustamento psicológico (total de problemas e problemas de internalização). Estes resultados suportam as hipóteses que colocámos, as quais se fundamentaram na revisão de literatura efetuada. De igual modo, e tal como esperávamos, os nossos resultados também revelaram que a parentalidade negativa contribui significativamente para o total de problemas das crianças. De acordo com a literatura, práticas parentais negativas - que espelham sobretudo estilos parentais autoritários e permissivos -, apresentam uma maior relação com o

desajustamento emocional e comportamental dos filhos (Baumrind, 1973), refletindo-se numa menor competência social, baixa autoestima e manifestação de problemas de internalização (Baumrind, et al., 2010; Campana, et al., 2008).

A literatura científica é consensual relativamente ao impacto negativo do conflito parental no ajustamento psicológico dos filhos. O conflito parental influencia negativamente a qualidade da relação pais-filhos, dado que contribui para a diminuição do suporte emocional (Azam & Hanif, 2011; Duncan & Hughes, 2011; Kaczynski et al., 2006) e das responsabilidades parentais (Azam & Hanif, 2011; Duncan & Hughes, 2011), o que pode promover a negatividade e desregulação emocional da criança (Cummings, et al., 2003; Keller, et al., 2008) e minimizar a sua segurança emocional (Cummings, et al., 2012). Este impacto é ainda mais acentuado quando as crianças são diretamente expostas ao conflito parental (Kitzmann, et al., 2003), refletindo-se frequentemente em sintomas associados a problemas de internalização (e.g., ansiedade, culpa, somatizações, isolamento social) (Mcconaughey, Stanger, & Achenbach, 1992). A maior exposição da criança a conflitos parentais pode levar a que esta experiencie preocupação excessiva e culpabilidade, o que poderá ser ainda mais notório em contextos de divórcio. Note-se que, nestes contextos, tais sentimentos podem ser ainda mais intensos, uma vez que o conflito parental tende a diminuir a qualidade da relação parental, principalmente com o progenitor não residente (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Moura & Matos, 2008).

Os resultados revelaram ainda que a situação de divórcio contribui significativamente para o total de problemas de ajustamento psicológico dos filhos. Como referido anteriormente, o divórcio tende a potenciar uma parentalidade inconsistente, baixos níveis de parentalidade positiva, destruturação da estrutura familiar e maiores níveis de conflito parental, fatores que contribuem para a manifestação de sintomas psicopatológicos nas crianças (Kelly & Emery, 2003).

Desta forma, enfatiza-se a importância de os pais manterem uma coparentalidade positiva pós-divórcio, preservando a participação de ambos na educação dos seus filhos (Sullerot, 1993). A intervenção clínica – preventiva ou terapêutica - pode contribuir para a co-parentalidade positiva, nomeadamente através do desenvolvimento de competências de autorregulação ou do reconhecimento da necessidade de mudança (Sanders, 2008; Sanders & Mazzucchelli, 2013), atenuando, em consequência, os efeitos da crise suscitada pelo divórcio no sistema parental e filial.

Limitações e Contributos do estudo

O presente estudo enquadra-se numa área temática relevante - a parentalidade em situações de divórcio -, centrando-se na análise de variáveis fundamentais para o conhecimento científico neste contexto não-normativo. Contudo, a recolha da amostra revelou-se um processo moroso, tendo sido difícil encontrar pais e mães que preenchessem os critérios de inclusão e se dispusessem a participar na investigação. Assim, a dimensão reduzida da amostra – principal limitação deste estudo - obrigou a uma reformulação do projeto de investigação inicial, diminuindo o seu grau de complexidade, quer no número de variáveis a estudar, quer nas operações de análise dos dados.

O fato de a amostra ser reduzida e de não existir uma distribuição uniforme entre pais em situação de divórcio e pais em situação conjugal intacta, não permitiu que fossem realizadas análises estatísticas mais complexas, nomeadamente no sentido de compreender possíveis relações de mediação ou de moderação entre as variáveis. Uma segunda limitação prende-se com a natureza transversal dos dados, o que não permitiu explorar relações de causalidade entre as variáveis. Futuros estudos que incluam um maior número de participantes e recorram a uma metodologia longitudinal poderão superar esta lacuna.

A estratégia de amostragem por conveniência, bem como o duplo processo de recolha de amostra – presencial e *online* – pode ter condicionado as características da amostra. O procedimento de aplicação dos protocolos de investigação, maioritariamente sem a presença do investigador, constitui outra limitação do estudo, uma vez que não garantia que os participantes respondessem de acordo com as instruções fornecidas, e não permitia controlar o preenchimento completo dos questionários e escalas. O facto de o estudo se centrar apenas na perspetiva dos pais sobre si mesmos e sobre os filhos, é também um limite a sublinhar.

Contudo, apesar de tais limitações, o presente estudo pretende contribuir para a investigação acerca da parentalidade em situação de divórcio, particularmente no contexto português, sugerindo pistas para investigações futuras e implicações para a intervenção clínica. Julgamos pertinente perceber de que forma a parentalidade se altera durante as várias fases da separação conjugal, identificando momentos críticos, e procurando explorar quais os fatores que contribuem para uma maior manutenção de práticas parentais positivas promotores de bem-estar psicológico nas crianças. Sendo a família um sistema que deve ser percebido como um todo, seria também interessante perceber qual o papel de outros elementos na adaptação à situação de divórcio (e.g., fratria, famílias de origem). Investigações futuras que incluam uma metodologia longitudinal podem, ainda, explorar a

forma como fatores associados ao divórcio e a vivência subjetiva do divórcio se alteram ao longo do ciclo de vida familiar e do indivíduo.

Com este estudo, pretendemos também fomentar a reflexão sobre a intervenção preventiva e terapêutica em contexto de divórcio. A forma como decorre a separação e o divórcio tem uma grande influência na adaptação e bem-estar, quer dos pais, quer dos filhos, sendo que quanto maior for a conflitualidade envolvida e pressões exercidas sobre a criança, mais negativo será o impacto do divórcio. Assim, ao nível da intervenção, será importante, por exemplo, aceder, compreender e expandir significações, crenças, sentimentos, etc., associados ao divórcio, o que poderá ser explorado através da intervenção pela narrativa (Gonçalves, 2000; Gonçalves & Henriques, 2000). A capacidade de autorregulação dos pais está associada a práticas parentais positivas que funcionam como uma barreira à manifestação de problemas emocionais e comportamentais (Sanders & Mazzucchelli, 2013), devendo, por isso, ser um dos alvos da intervenção clínica. A intervenção deve, por isso focar-se, na promoção do bem-estar de todos os elementos da família envolvidos no processo de separação e na mobilização dos apoios familiares e sociais que podem ser benéficos para uma melhor adaptação das crianças e pais (Cepêda, 2014).

A nível do sistema nacional de saúde e de educação, deveriam ser disponibilizados mais programas de intervenção preventiva e de aconselhamento parental, bem como de intervenção terapêutica que atendessem às especificidades do contexto de divórcio. Recentemente, foi divulgado em Espanha um programa de formação para profissionais escolares com o objetivo de promover as suas competências enquanto facilitadores da adaptação das crianças que vivenciaram o divórcio parental (Martínez-Pampliega, Iriarte, & Sanz, 2014). Este programa reconhece seis tarefas psicológicas importantes durante a fase de adaptação ao divórcio: 1) conhecer a realidade do divórcio; 2) reconhecer a perda; 3) intervenção estratégica (as crianças serem capazes de reconhecer as emoções dos seus pais mas sem que estas tenham um impacto negativo na sua autorregulação); 4) lidar e desconstruir sentimentos de raiva e culpa; 5) aceitação do carácter permanente do divórcio; 6) desenvolver esperanças realistas acerca das relações. O programa explora, ainda, formas de colaboração entre a família e a escola, bem como atividades e comportamentos que podem ser desenvolvidos em contexto escolar e que promovem a resiliência da criança.

Em Portugal, apesar do crescente interesse da investigação no contexto de divórcio, existe ainda pouca literatura no que concerne à parentalidade especificamente. Os resultados do presente estudo poderão constituir um ponto de partida para uma investigação âmbito do divórcio e resiliência familiar que clarifique o papel de outros fatores associados à

parentalidade e a características intrapessoais, bem como a fatores da rede social, que promovam competências de adaptação familiar nesta fase de transição para um melhor ajustamento parental e das crianças.

Conclusão

No contexto português, o divórcio tem vindo cada vez mais a “ganhar terreno” face às conjugalidades intactas, implicando inevitavelmente situações de crise familiar associadas a profundas transformações na configuração e vida quotidiana dos seus membros. O divórcio requer, por isso, um esforço adaptativo que pode gerar angústias, receios e dúvidas importantes de perceber e resolver para a promoção e manutenção do bem-estar da família.

Neste sentido, pretendeu-se que o presente estudo constituísse um contributo para a melhor compreensão do impacto que a dissolução conjugal tem na parentalidade e no (des)ajustamento emocional das crianças em idade escolar. Os resultados do estudo sugerem que pais em situação de conjugalidade intacta tendem a adotar mais práticas parentais negativas associadas aos estilos parentais autoritário e permissivo, quando comparados com pais em situação de divórcio. Este resultado sugere que os pais divorciados estão atentos às necessidades dos seus filhos neste contexto de *stress* e crise, adotando práticas parentais positivas e concordantes com as necessidades das crianças, contribuindo para uma melhor adaptação a este processo. Contudo, os resultados também indicaram que os filhos de pais divorciados menor ajustamento psicológico, o que mostra a relevância da continuidade da investigação no sentido de perceber que outros fatores, não apenas no âmbito da parentalidade mas também a nível intrapessoal (dos pais e dos filhos) e a nível social contribuem para a manutenção ou resolução das dificuldades de adaptação.

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem também que filhos de pais em situação conjugal intacta estão mais expostos a conflitos parentais do que filhos de pais divorciados, o que pode explicar-se pelo facto de a coabitação com ambos os progenitores proporcionar uma maior frequência de exposição ao conflito conjugal. Pode também ser um reflexo de uma maior preocupação dos pais divorciados em proteger os filhos da conflitualidade interparental. Este fenómeno pode ainda dever-se a uma crescente intervenção e prevenção no contexto de divórcio, alertando os pais para a necessidade de manterem um foco nas necessidades dos seus filhos, e investirem em práticas parentais positivas.

O divórcio e as famílias reconstituídas são uma realidade cada vez mais frequente na nossa sociedade, apesar de ser um fenómeno ainda recente no que concerne à história e

evolução das teorias sistêmicas e da terapia familiar. Deste modo, torna-se pertinente o investimento da investigação nestas temáticas, no sentido de enriquecer o conhecimento científico sobre a multiplicidade de fatores que contribuem para uma melhor adaptação e reorganização do sistema familiar durante estas novas transformações da família, bem como de perceber a eficácia da intervenção preventiva e terapêutica parental em contexto de separação, divórcio e reconjugalidade.

Referências Bibliográficas

- Adamsons, K., & Pasley, K. (2006). Coparenting following divorce and relationship dissolution. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of Divorce and Relationship Dissolution* (pp. 241-262). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Alayi, Z., AhmadiGatab, T., & Khamen, A. B. (2011). The Relationship Between Parents Marital Adjustment, Parents Rearing Style and Health of Children in Azad University. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 30, 1969-1975. doi:10.1016/j.sbspro.2011.10.382
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1269-1287. doi:10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x.
- Azam, A., & Hanif, R. (2011). Impact of parents' marital conflicts on parental attachment and social competence of adolescents. *European Journal of Developmental Psychology*, 8, 157-170. doi:10.1080/17405620903332039.
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75, 43-88.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4(1), 1-103.
- Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization. In A. Pick (Ed.), *Minnesota Symposia on Child Psychology* (Vol. 7, pp. 3-46). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Baumrind, D. (1991). Effective parenting during early adolescent transition. In P. A. Cowan, & M. E. Hetherington (Eds.), *Family Transitions* (pp. 111-163). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Baumrind, D. (1991). Parenting styles and adolescent development. In R. Lerner, A. C. Petersen, & J. Brooks-Gunn (Eds.), *The Encyclopedia on Adolescence* (pp. 746-758). New York: Garland.

- Baumrind, D., Larzelere, R. E., & Owens, E. B. (2010). Effects of Preschool Parents' Power Assertive Patterns and Practices on Adolescent Development. *Parenting, 10*(3), 157–201. doi:10.1080/15295190903290790
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development, 55*, 83-96.
- Bonds D. D., & Gondoli, D. M. (2007). Examining the process by which marital adjustment affects maternal warmth: The role of coparenting support as a mediator. *Journal of Family Psychology, 21*(2), 288-296. doi:10.1037/0893-3200.21.2.288.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard Press.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. In R. Vasta (Ed.), *Annals of Child Development* (Vol. 6, pp. 187 – 249). Greenwich, CT: JAI Press.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T.Hosen & T.N. Postlethwaite (Eds.), *International Encyclopedia of Education* (2nd ed., Vol. 3, pp. 1643-1647) Oxford, England: Pergamon Press/ Elsevier Science.
- Bronfenbrenner, U. (2001). The bioecological theory of human development. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* (Vol. 10, pp. 6963-6970). New York: Elsevier. Reprinted with permission from Elsevier Science Ltd.
- Campana, K. L., Herdeson, S., Stolberg, A. L., & Schum, L. (2008). Paired maternal and paternal parenting styles, child custody and children's emotional adjustment to divorce. *Journal of Divorce & Remarriage, 48*, 1-20. doi:10.1300/J08v48n03_01
- Carapito, E., Pedro, M., & Ribeiro, M. T. (2008). Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP): Adaptação para o contexto português. Actas da XIII Conferência Internacional “Avaliação Psicológica: Formas e Contextos”, Universidade do Minho.

- Carlo, G. (2006). Care-based and altruistically based morality. In M. Killer & J. G. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development* (pp. 551-579). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum
- Chança, D. D. (2015). *Internalização em crianças da comunidade pós-divórcio: efeitos do ajustamento psicológico dos pais e da parentalidade e comparação com crianças expostas a violência nas relações íntimas*. Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona do Porto, Porto, Portugal.
- Charlish, A. (2001). *Apanhados no meio. Ajudar as crianças a enfrentarem a separação e o divórcio*. Porto: Âmbar
- Cepêda, T. (2014). Intervenção preventiva e terapêutica com pais. In P. Monteiro (Coord.). *Psicologia e psiquiatria da infância e adolescência*. Lisboa: Lidel.
- Clarke-Stewart, A., & Bretano, C. (2006). *Divorce: Causes and Consequences*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Cloutier, R., Filion, L., & Timmermans, H. (2006). *Quando os pais se separam... – Para melhor lidar com a crise e ajudar a criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Conrade, G., & Ho, R. (2001). Differential parenting styles for father and mothers: Differential treatment for sons and daughters. *Australian Journal of Psychology*, 53 (1), 29-35. doi:10.1080/00049530108255119
- Cummings, E. M., Cheung, R. Y. M., Koss, K., & Davies, P. T. (2014). Parental Depressive Symptoms and Adolescent Adjustment: A Prospective Test of an Explanatory Model for the Role of Marital Conflict. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 42(7), 1153–1166. doi:10.1007/s10802-014-9860-2
- Cummings, E., & Davies, P. (2002). Effects of marital conflict on children: recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology & Psychiatry*, 43(1), 31-63. doi:0.1111/1469-7610.00003.

- Cummings, E. M., Davies, P. T., & Simpson, K. S. (1994). Marital conflict, gender and children appraisals and coping efficacy as mediators of child adjustment. *Journal of Family Psychology, 8*(2), 141-149. doi:10.1037//0893-3200.8.2.141
- Cummings, E. M., George, M. R. W., Mccoy, K. P., & Davies, P. T. (2012). Interparental Conflict in Kindergarten and Adolescent Adjustment: Prospective Investigation of Emotional Security as an Explanatory Mechanism. *Child Development, 83*(5), 1703–1715. doi:10.1111/j.1467-8624.2012.01807.x
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2003). Children's Responses to Everyday Marital Conflict Tactics in the Home. *Child Development, 74*(6), 1918–1929. doi:10.1046/j.1467-8624.2003.00646.x
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin, 113*(3), 487-496. doi:10.1037//0033-2909.113.3.487
- Davidov, M., & Grusec, J.E. (2006). Untangling the links of parental responsiveness to distress and warmth to child outcomes. *Child Development, 77*(1), 44-58. doi:10.1111/j.1467-8624.2006.00855.x
- Davies, P. T., Coe, J. L., Martin, M. J., Sturge-Apple, M. L., & Cummings, E. M. (2015). The developmental costs and benefits of children's involvement in interparental conflict. *Developmental Psychology, 51*(8), 1026-1047. doi:10.1037/dev0000024
- Davies, P., & Lindsay, L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology, 8*(1), 160-170. doi:10.1037/0893-3200.18.1.160
- Davies, P. T., Martin, M. J., & Cicchetti, D. (2012). Delineating the Sequelae of Destructive and Constructive Interparental Conflict for Children Within an Evolutionary Framework. *Developmental Psychology, 48*(4), 939–955. doi:10.1037/a0025899

- Duncan, K., & Hughes, F. M. (2011). Parental support mediates the link between marital conflict and child internalizing symptoms. *Psi Chi Journal of Undergraduate Research, 16*(2), 80-89.
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., & Spinrad, T. L. (2006). Prosocial development. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional and personality development* (6th ed., pp. 646–718). New York, NY: Wiley.
- Endendijk, J. J., Groeneveld, M. G., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Mesman, J. (2016). Gender-Differentiated Parenting Revisited: Meta-Analysis Reveals Very Few Differences in Parental Control of Boys and Girls. *PLOS ONE, 11*(7), e0159193. doi:10.1371/journal.pone.0159193
- Finzi-Dottan, R., & Cohen, O. (2014). Predictors of parental communication and cooperation among divorcing spouses. *Journal Psi Chi of child and family studies, 23*, 39-51. doi:10.1007/s10826-012-9684-z.
- Fleitlich, B., Loureiro, M., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2005). *Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ-Por)* [Strengths and Difficulties Questionnaire, Portuguese Version]. Acedido em Abril, 2016, from www.sdqinfo.org.
- Ganong, L., Coleman, M., Feistman, R., & Jamison, T. (2015). Divorced mothers' coparental boundary maintenance after parents repartner. *Journal of family psychology, 29*, 221-231. doi:10.1037/fam0000064.
- Gonçalves, O. F. (2000). *Viver Narrativamente: A psicoterapia como adjetivação da experiência*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, O. F., & Henriques, M. R. (2000). *Manual de avaliação do conteúdo e multiplicidade narrativa*. Braga: Universidade do Minho.

- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ). *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40, 1337-1345. doi:10.1097/00004583-200111000-00015.
- Grigorenko, E. L., & Sternberg, R. J. (2000). Elucidating the etiology and nature of beliefs about parenting styles. *Developmental Science*, 3(1), 93-112. doi:10.1111/1467-7687.00103
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298. doi:10.1590/s0102-79722010000200011
- Hetherington, E. M., Cox, M., & Cox, R. (1982). Effects of divorce on parents and children. In M. Lamb (Ed), *Nontraditional families* (pp. 233-288). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hetherington, E. M., Stanley-Hagan, M., & Anderson, E. R. (1989) Marital transitions: A child's perspective. *American Psychologist*, 44(2), 303-312. doi:10.1037//0003-066x.44.2.303
- Hetherington, E. M., & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: a risk and resiliency perspective. *Journal of Children Psychology and Psychiatry*, 40(1), 129-140. doi:10.1017/s0021963098003394
- Hetherington, E. M., & Stanley-Hagan, M. (2002). Parenting in divorced and remarried families. In M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of Parenting* (pp. 287-315). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hurrell, K. E., Hudson, J. L., & Schniering, C. A. (2015). Parental reactions to children's negative emotions: relationships with emotion regulation in children with an anxiety disorder. *Journal of Anxiety Disorders*, 29, 72-82. doi:10.1016/j.janxdis.2014.10.008
- Instituto Nacional de Estatística. (2013). Casamentos dissolvidos por divórcio (Nº) por Local de última residência da família (NUTS – 2013) e Modalidade do casamento; Anual.

Instituto Nacional de Estatística. Acedido em Abril, 2016, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008365&contexto=bd&selTab=tab2.

Kaczynski, K. J., Lindahl, K. M., Malik, N. M., & Laurenceau, J. P. (2006). Marital conflict, maternal and paternal parenting, and child adjustment: A test of mediation and moderation. *Journal of Family Psychology*, *20*, 199–208. doi:10.1037/08933200.20.2.199

Keller, P. S., Cummings, E. M., Davies, P. T., & Mitchell, P. M. (2008). A longitudinal relations between parental drinking problems, family functioning and child adjustment. *Development and Psychopathology*, *20*, 195–212. doi:10.1017/50954579408000096

Kelly, J. B., & Emery, R. E. (2003). Children's Adjustment Following Divorce: Risk and Resilience Perspectives. *Family Relations*, *52*, 352–362. doi:10.1111/j.1741-3729.2003.00352.x

Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. R., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *71*(2), 339–352. doi:10.1037/0022-006x.71.2.339

Koller, S. H., & Bernardes, N. M. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: Semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estud. psicol. (Natal)*, *2*(2), 223–262. doi:10.1590/s1413-294x1997000200002

Krevans, J., & Gibbs, J. C. (1996). Parents' Use of Inductive Discipline: Relations to Children's Empathy and Prosocial Behavior. *Child Development*, *67*(6), 3263. doi:10.2307/1131778

Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy*, *26*, 182–190. doi:10.1080/14681994.2011.563288.

- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 187-199. doi:10.1590/S0102-79722010000300017
- Lansford, J. (2009). Parental Divorce and Children's Adjustment. *Perspectives On Psychological Science*, 4(2), 140-152. doi:10.1111/j.1745-6924.2009.01114.x
- Lazar, A., Guttman, J., & Abas, L. (2009). Parental authority in divorced families. *Journal of Divorce and Remarriage*, 50(5), 356-368. doi:10.1080/10502550902766514
- Lee, S. M., Daniels, M. H., & Kissinger, D. B. (2006). Parental influences on adolescent adjustment: Parent styles versus parenting practices. *The Family Journal*, 14(3), 253-259. doi:10.1177/1066480706287654
- Lytton, H., & Romney, D. M. (1991). Parents' differential socialization of boys and girls: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 109(2), 267-296. doi:10.1037//0033-2909.109.2.267
- Martínez-Pampliega, A., Iriarte, L., & Sanz, M. (2014). *Egokitzen, programa de intervención post-divorcio: Manual para profesionales [Egokitzen, post-divorce intervention program. Handbook for practitioners]*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- McCONAUGHY, S. H., STANGER, C., & ACHENBACH, T. M. (1992). Three-Year Course of Behavioral/Emotional Problems in a National Sample of 4- to 16-Year-Olds: I. Agreement among Informants. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 31(5), 932-940. doi:10.1097/00004583-199209000-00023
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56(2), 289-302. doi:10.2307/1129720
- Moura, O., & Matos, P. M. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito interparental em adolescentes. *PSICOLOGIA*, 22(1), 127-152. doi:10.17575/rpsicol.v22i1.341

- Nock, M. K., Kazdin, A. E., Hiripi, E., & Kessler, R. C. (2006). Prevalence, subtypes, and correlates of DSM-IV conduct disorder in the national comorbidity survey replication. *Psychological Medicine, 36*(5), 699–710. doi:10.1017/S0033291706007082
- Nock, M. K., Kazdin, A. E., Hiripi, E., & Kessler, R. C. (2007). Lifetime prevalence, correlates, and persistence of oppositional defiant disorder: Results from the National Comorbidity Survey Replication. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 48*(7), 703–713. doi:10.1111/j.1469-7610.2007.01733.x
- O'Connor, T. G. (2002). Annotation: the “effects” of parenting reconsidered: the findings, challenges and applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 43*(5), 555-572. doi:10.1111/1469-7610.00046
- O'leary, S.G., & Vidair, H. B. (2005). Marital adjustment, child-reading disagreements, and overreactive parenting: predicting child behavior problems. *Journal of Family Psychology, 19*, 208-216. doi:10.1037/0893-3200.19.2.208.
- Pallant, J. (2013). *SPSS survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS for Windows* (5th ed.). Maidenhead, Berkshire, England: McGraw Hill.
- Pereira, A. I. (2009). *Crescer em relação: estilos parentais educativos, apoio social e ajustamento – estudo longitudinal com crianças em idade escolar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social, 37*(163), 447-474.
- Porter, B., & O'Leary, K. D. (1980). Marital discord and childhood behavior problems. *Journal of Abnormal Child Psychology, 8*(3), 287-295). doi:10.1007/BF00916376
- Raposo, H. S., Figueiredo, B. F. C., Lamela, D. J. P. V., Nunes-Costa, R. A., Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista Psiquiatria Clínica, 38*(1), 29-33. doi:10.1590/s0101-60832011000100007

- Relvas, A., & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Robinson, J. L., Zahn-Waxler, C., & Emde, R. N. (1994). Patterns of development in early empathic behavior: Environmental and child constitutional influences. *Social Development, 3*, 125–145. doi:10.1111/j.1467-9507.1994.tb00032.x
- Russel, A., Aloa, V., Feder, T., Glover, A., Miller, H., & Palmer, G. (2007). Sex-based differences in parenting styles in a sample with preschool children. *Australian Journal of Psychology, 50*(2), 89-99. doi:10.1080/00049539808257539
- Sanders, M. R., & Mazzucchelli, T. G. (2013). The promotion of self-regulation through parenting interventions. *Clinical Child and Family Psychology Review, 16*(1), 1-17. doi:10.1007/s10567-013-0129-z
- Sbarra, D., & Emery, E. (2008). Deeper into divorce: Using actor-partner analyses to explore systemic differences in coparenting conflict following custody dispute resolution. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 144-152. doi:10.1037/0893-3200.22.1.144
- Siffert, A., & Schwarz, B. (2011). Parental conflict resolution styles and children's adjustment: children's appraisals and emotion regulation as mediators. *The Journal of Genetic Psychology, 172*, 21-39. doi:10.1080/00221325.2010.503723.
- Simons, L. G., & Conger, R. D. (2007). Linking mother-father differences in parenting to a typology of family parenting styles and adolescent outcomes. *Journal of Family Issues, 28*(2), 212- 241. doi:10.1177/0192513x06294593
- Simons, R., Lin, K., Gordon, L., Conger, R., & Lorenz, F. (1999). Explaining the Higher Incidence of Adjustment Problems among Children of Divorce Compared with Those in Two-Parent Families. *Journal Of Marriage And The Family, 61*(4), 1020-1033. doi:10.2307/354021
- Spicer, J. (2004). *Making sense of multivariate data analysis*. Thousand Oaks: Sage.

- Steward, S. M., & Bond, M. H. (2002). A critical look at parenting research from mainstream: problems uncovered while adapting Western research to non-Western cultures. *British Journal of Developmental Psychology*, 20(3), 379-392. doi:10.1348/026151002320620389
- Strohschein, L. (2007). Challenging the Presumption of Diminished Capacity to Parent: Does Divorce Really Change Parenting Practices? *Family Relations*, 56(4), 358-368. doi:10.1111/j.1741-3729.2007.00465.x
- Sullerot, E. (1993). *Que pais? Que filhos?*. Lisboa: Relógio d'água.
- Tam, C-L., Lee, T-H., Kumarasuriar, V., & Har, W-M. (2012). Parental authority, parent-child relationship and gender differences: A study of college students in the malaysian context. *Australian Journal of Basic and Applied Sciences*, 6(2), 182-189.
- Tiet, Q. Q., Wasserman, G. A., Loeber, R. L., McReynolds, L. S., & Miller, L. S. (2001). Developmental and sex differences in types of conduct problems. *Journal of Child and Family Studies*, 10(2), 181-197. doi:1062-1024/0600-0181S19.50/0
- "Triple P-Positive Parenting Program as a public health approach to strengthening parenting": Correction to Sanders (2008). (2015). *Journal of Family Psychology*, 29(1), 38-38. doi:10.1037/fam0000060
- Vanassche, S., Sodermans, K., Matthijs, K., & Swicegood, G. (2013). Commuting between two parental households: the association between joint physical custody and adolescent wellbeing following divorce. *Journal of Family Studies*, 2417-2461. doi:10.5172/jfs.2013.2417
- Vaz, C. M. R. (1999). *Uma família à parte ou parte de uma família? Estudo psicossológico sobre a família de educador único*. Dissertação de mestrado, ISMT, Coimbra.
- Wallerstein, J. S. (1983). Children of divorce: Stress and developmental tasks. In N. Garnezy & M. Rutter (Eds.), *Stress, coping, and development in children* (pp. 265-302). New York: McGraw-Hill.

- Wallerstein, J., Lewis, J., & Packer Rosenthal, S. (2013). Mothers and their children after divorce: Report from a 25-year longitudinal study. *Psychoanalytic Psychology*, *30*(2), 167-184. doi:10.1037/a0032511
- Weaver, J. M., & Schofield, T. (2015). Mediation and moderation of divorce effects on children's behavior problems. *Journal of Family Psychology*, *29*, 39-48. doi:10.1037/fam0000043.
- Whitton, S. W., Stanley, S. M., Markman, H. J., & Johnson, C. A. (2013). Attitudes toward divorce, commitment and divorce proneness in first marriages and remarriages. *Journal of marriage and family*, *75*, 276-287. doi:10.1111/jomf.12008
- Whipple, N., Bernier, A., & Mageau, G. A. (2010). Broadening the study of infant security attachment: maternal autonomy-support in the context of enfant exploration. *Social Development*, *20*, 17-32. doi:10.1111/j.1467-9507.2010.00574.x.
- Wolchik, S.A., Wilcox, K.L., Tein, J., & Sandler, I. N. (2000). Maternal Acceptance and Consistency of Discipline as Buffers of Divorce *Stressors* on Children's Psychological Adjustment Problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *28*, 87-102. doi:10.1023/A:1005178203702

Anexos

Anexo A- Consentimento Informado



PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

A investigação, para a qual pedimos a sua colaboração, decorre no âmbito de um projecto de investigação sobre Parentalidade e Trajectórias de Resiliência, sob orientação científica da Professora Doutora Isabel Narciso, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Este estudo tem como finalidade compreender o modo como pais e mães lidam com a **vivência da parentalidade**, e quais os factores que a influenciam.

A sua participação é voluntária e a decisão de não participar não tem qualquer consequência para si ou para os seus filhos, podendo desistir a qualquer momento se assim o desejar. Os dados recolhidos são confidenciais, sendo posteriormente analisados de forma global e não individualizada. Todo o estudo decorrerá segundo os princípios éticos internacionais aplicados à investigação em Psicologia. Apenas os elementos da equipa da investigação terão acesso aos dados recolhidos.

A participação nesta investigação implica o preenchimento de um questionário sobre dados sociodemográficos e de outros questionários que abordam diversas temáticas associadas à parentalidade. Os participantes poderão ter acesso aos resultados gerais da investigação ou outros esclarecimentos acerca da mesma, solicitando informação através do seguinte endereço eletrónico: inarciso@psicologia.ulisboa.pt. Através deste contacto, os participantes poderão, também, se assim considerarem necessário, solicitar apoio psicológico no Serviço à Comunidade da FPUL.

Consentimento Informado

Ao aceitar a sua participação neste estudo, declara ter tomado conhecimento dos objetivos da investigação e do que lhe é pedido; participa voluntariamente e concorda que os dados sejam analisados anonimamente pelos investigadores envolvidos no estudo.

Gratas pela sua participação!

Os participantes

Data

___ / ___ / ____